



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 070/2022 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

RELATÓRIO

1. De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 070/2022, que *“Acrescenta inciso VII no art. 3º, altera art. 5º e acrescenta incisos VII e VIII do art. 17, da Lei nº 364/2006, de 19 de maio de 2006, que “Dispõe sobre a organização, funcionamento e atualização do Conselho Tutelar e sobre o regime jurídico dos Conselheiros Tutelares no Município de Chapada Gaúcha”.*
2. Publicada, a proposição foi distribuída a estas Comissões para manifestar-se, de forma conjunta, via parecer, em atendimento ao disposto no artigo 83 do Regimento Interno.
3. É sucintamente, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

4. Na análise preliminar, reconheço estarem presentes todos os requisitos intrínsecos à apresentação da proposta, sobretudo aqueles pertinentes à competência, eis que o assunto envolve matéria de exclusivo trato por parte da municipalidade, a teor do que dispõe o art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local, e também quanto à iniciativa (legitimidade), posto tratar-se de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal, nos exatos termos da alínea “a”, inciso I, parágrafo 1º do artigo 107 da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõe:

Art. 107...

§ 1º. São de iniciativa privativa do Prefeitos as Leis que:

I – disponham sobre:



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

a) criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e sua remuneração;

5. A proposta altera a Lei nº 364/2006, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município. As alterações pretende acrescentar inciso VII, no artigo 3º, bem como acrescentar os incisos VII e VIII no artigo 17 da referida lei do conselho tutelar.

6. Pela proposta, os artigos 3º e 17 passam a ter os acréscimos dos incisos, que têm as seguintes redações:

Art. 3º. São atribuições do Conselho Tutelar:

.....

VII – Utilizar obrigatoriamente o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIAT-CT ou outro que disponha sobre o registro e acompanhamento de casos de violação de direitos de criança e adolescentes.

Art. 17. São requisitos para candidatar-se a um mandato e membro de um Conselho Tutelar:

....

VII – Ter ensino médio completo;

VII – Ter conhecimento em informática comprovado por meio de Certificado e teste de conhecimento prático.

7. Em sua mensagem ao Projeto de Lei, o Prefeito justifica as alterações “justifica-se em virtude de adequação à Legislação Federal Vigente, uma vez que a Lei nº 364/2006, encontra-se defasada, e precisa ser atualizada de acordo com as mudanças que ocorreram na Legislação Federal, tendo em vista que na próxima eleição para Conselheiros Tutelares (2023), já estejam em vigor estas alterações”.

8. Destarte, não vejo óbice à aprovação do projeto proposto.



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

CONCLUSÃO

9. Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 070/2022 e no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2022.

Vereadora **JAZILMA GONÇALVES CHAVES**
Relatora